

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MBA EM ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA – TURMA 21

RAPHAEL GONCALVES SILVA

**O IMPACTO DOS NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DE 1993 A 2015**

NATAL / RN  
2017

RAPHAEL GONCALVES SILVA

**O IMPACTO DOS NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DE 1993 A 2015**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de especialista em Administração Financeira no Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

**Orientadora:** Dda. Karine Symonir de Brito Pessoa.

NATAL / RN  
2017

**Catalogação na Publicação – Biblioteca do UNI-RN  
Setor de Processos Técnicos**

Silva, Raphael Goncalves.

O impacto dos números da previdência social no Rio Grande Do Norte: uma análise longitudinal de 1993 a 2015 / Raphael Goncalves Silva. – Natal, 2017.

39 f.; il.

Orientadora: Profa. Dda. Karine Symonir de Brito Pessoa.  
Monografia (Pós-Graduação em Administração Financeira) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Envelhecimento Populacional – Monografia. 2. Previdência Social – Monografia. 3. Indicadores de aposentadoria – Monografia. I. Pessoa, Karine Symonir de Brito. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 658.15

## **AGRADECIMENTO**

Com o coração cheio de gratidão chego nesse final de especialização para agradecer as inúmeras pessoas que passaram pela minha vida durante esses quase dois anos.

Primeiramente, agradecer a Deus, pois sem Ele com certeza não teria chegado aqui, bondoso Pai e Amigo. Quantas dificuldades e barreiras enfrentadas durante o curso, e lá estava o Senhor para me ouvir e dar forças nos momentos mais precisos. A Ti, Meu Deus, o maior dos agradecimentos.

Em seguida, a minha Família. Nossa... Vocês são Demais! Vocês são uma das maiores representações do amor de Deus em minha vida, porque antes de qualquer coisa sempre acreditaram em mim e me deram palavras de motivações, independente dos momentos vivenciados, sempre acreditaram na minha vitória.

A minha noiva Libna, por ser essa pessoa cheia de sabedoria e carinho, onde nos momentos mais difíceis me fez encontrar a confiança e a fé. Obrigado meu Amor por estar comigo em todos os momentos, sendo essa companheira fiel.

Também sou profundamente grato a Prof. Karine Symonir que nesse final de curso não mediu esforços para me proporcionar um pouco do seu conhecimento e tempo, sempre me orientando de forma objetiva e concisa.

Enfim, uma página só é pouco para agradecer, mas com a certeza de que todos que convivo tem uma parte importante na realização desse sonho de concluir a especialização em administração financeira.

## RESUMO

No contexto das mudanças na estrutura etária da população brasileira nas últimas décadas, tem-se observado para os próximos anos o alargamento da pirâmide etária nas faixas etárias mais elevadas, culminando num processo ou fenômeno conhecido como envelhecimento populacional. Tal processo, se for acompanhado por investimentos e tomadas de decisões coerentes, poderá fazer com que a previdência social mantenha-se firme em sua estrutura financeira, garantindo a cobertura da população idosa nas décadas posteriores. Diante deste cenário, este estudo busca avaliar o impacto de indicadores para mensurar a qualidade do sistema previdenciário brasileiro, tomando como exemplo o Rio Grande do Norte - RN, vis-à-vis mudanças recentes e tendências futuras da composição etária da população brasileira. Destarte, utiliza-se os dados dos censos demográficos e das estimativas populacionais do IBGE de 1980 a 2030 associado aos dados do Anuário Estatístico da Previdência Social referente aos números de contribuições e de benefícios, este último subdividido pelos seus tipos (benefícios, auxílios e seguros). Observa-se também a evolução do percentual da composição de transferências de renda às famílias e dos gastos obrigatórios e discricionários, em relação ao PIB, entre 2003 e 2015. Os indicadores de aposentadoria, pensão e seguro-desemprego do RN foram tratados com a metodologia de análise de regressão. Por fim, será visto que o Brasil precisará investir ainda mais na previdência, de modo que possa aumentar ainda mais o recebimento de suas contribuições, com a finalidade de buscar um equilíbrio financeiro, tendo em vista que o país começará a experimentar contingentes maiores em sua população idosa.

**Palavra-chave:** Envelhecimento Populacional. Previdência Social. Indicadores de aposentadoria.

## ABSTRACT

In the context of changes in the age structure of the Brazilian population in the last decades, it has been observed for the next years the widening of the age pyramid in the higher age groups, culminating in a process or phenomenon known as population aging. Such a process, if accompanied by coherent investments and decision-making, may cause social security to remain firm in its financial structure, guaranteeing coverage of the elderly population in subsequent decades. Given this scenario, this study seeks to evaluate the impact of indicators to measure the quality of the Brazilian social security system, taking as an example the Rio Grande do Norte - RN, vis-à-vis recent changes and future trends of the Brazilian population's age composition. Thus, data from demographic censuses and population estimates of the IBGE from 1980 to 2030 are used in conjunction with data from the Statistical Yearbook of Social Security concerning the numbers of contributions and benefits, the latter subdivided by its types (benefits, aid and insurance). It is also observed the evolution of the percentage of the composition of transfers of income to the families and of the compulsory and discretionary expenses, in relation to the GDP, between 2003 and 2015. The indicators of retirement, pension and unemployment insurance of the NB were treated with the methodology Regression analysis. Finally, it will be seen that Brazil will need to invest even more in social security, so that it can increase the receipt of its contributions even more, in order to seek a financial balance, since the country will begin to experience larger contingents in its Population.

**Keywords:** Population-Ageing. Social Security. Retirement indicators.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1 – Pirâmide etária do RN .....</b>	20
<b>Figura 2 – Composição das transferências de renda às famílias (% PIB) .....</b>	32
<b>Figura 3 – Evolução dos gastos públicos obrigatórios e discricionários, em % PIB.....</b>	34
<b>Gráfico 1 – Relação contribuintes/beneficiários no Brasil. ....</b>	22
<b>Gráfico 2 – Cenário do número de benefícios do RN.....</b>	29
<b>Gráfico 3 – Frequência de benefícios de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição por indivíduo no rn, entre os anos de 1993 e 2014 .....</b>	30
<b>Gráfico 4 – Indicador relativo das pensões por morte e óbitos das doenças crônico-degenerativas no RN.....</b>	31
<b>Gráfico 5 – Evolução do total das despesas nominais com parcelas pagas (em R\$ 1.000) pelo programa de seguro-desemprego formal no rn, entre 2009 e 2014 .....</b>	33
<b>Tabela 1 – Benefícios emitidos e arrecadações da previdência social na região nordeste, entre 2000 e 2015. ....</b>	21

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANFIP</b>	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
<b>BD</b>	BÔNUS DEMOGRÁFICO
<b>BNDES</b>	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
<b>BRICS</b>	BLOCO ECONÔMICO FORMADO PELO BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL
<b>CF</b>	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
<b>DATASUS</b>	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS
<b>DEA</b>	DATA ENVELOPMENT ANALYSIS
<b>DRU</b>	DESVINCULAÇÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO
<b>EC</b>	EMENDA CONSTITUCIONAL
<b>EPPA</b>	ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA
<b>EPPF</b>	ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA
<b>FHC</b>	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
<b>FMI</b>	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
<b>IAP</b>	INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
<b>IBGE</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<b>INSS</b>	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
<b>IPEA</b>	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
<b>LOA</b>	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
<b>LOPS</b>	LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
<b>MPS</b>	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
<b>PD</b>	POPULAÇÃO DEPENDENTE
<b>PIA</b>	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
<b>PIB</b>	PRODUTO INTERNO BRUTO
<b>PIT</b>	POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHO
<b>PJ</b>	PESSOA JURÍDICA
<b>PNAD</b>	PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS
<b>OS</b>	PREVIDÊNCIA SOCIAL
<b>RGPs</b>	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

**RN** RIO GRANDE DO NORTE  
**RPC** REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
**RPPS** REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
**TCU** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	9
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	10
2.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	10
2.2 DECADÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX E O CRESCIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	12
<b>3 AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E PREVIDENCIÁRIAS DOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) E LULA .....</b>	17
<b>4 PROBLEMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	19
4.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL .....	19
4.2 BENEFÍCIOS VERSUS ARRECADAÇÕES .....	21
4.3 CONTRIBUINTES VERSUS BENEFICIÁRIOS.....	22
4.4 DESVINCULAÇÃO DOS RECURSOS.....	23
4.5 DOENÇAS QUE PODEM ACARRETAR NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.....	24
<b>5 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO: QUESTÕES, PROBLEMA E OBJETIVOS.....</b>	25
<b>6 METODOLOGIA .....</b>	27
6.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	27
6.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	27
6.3 INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	28
<b>7 RESULTADOS.....</b>	29
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	35
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	36

## 1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social (PS) foi constituída no Brasil com o objetivo de auxiliar os cidadãos na aposentadoria e em seus diversos auxílios previstos na legislação brasileira, valendo-se da população trabalhadora ativa que contribui para os que não trabalham. No entanto, a cada dia que passa o número de beneficiários aumenta mais do que o de contribuintes e entre outros fatores que serão citados, esse aspecto está gerando um alerta para o fundo nacional, no que tange a sua solvência. Mediante a isto, nas próximas décadas, prevê-se que o Brasil passará por grandes desafios na área previdenciária, o que torna este tema relevante para o cidadão brasileiro e justificável de ser discutido.

Apesar dos altos índices de desemprego, juros e Produto Interno Bruto (PIB) baixo no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e início do governo de Lula, o País conseguiu se reerguer posteriormente, com a ajuda do ambiente econômico internacional e das próprias decisões acertadas tomadas pelo presidente, em cada época, que fizeram com que o País experimentasse uma tendência de decrescimento do desemprego, dos juros e alta do PIB. Entretanto, isso não foi capaz de fazer com que o País crescesse consideravelmente.

Atualmente, com a forte crise econômica associada aos problemas do mercado de trabalho, exige-se um esforço cada vez maior do governo federal na alocação de recursos para a previdência. Desta forma, diante destes contextos difíceis enfrentados no país, pretende-se responder com este projeto a seguinte pergunta: Como se encontra a evolução dos benefícios emitidos e valores arrecadados da PS na Região Nordeste? Uma vez que será pedido ainda mais da população de idosos por contribuições dos trabalhadores ativos, para auxiliar nos custos com saúde e aposentadorias.

Com base neste problema, o presente trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre o sistema de PS do Brasil, mostrando seus aspectos gerais e do Rio Grande do Norte (RN) como um exemplo. Os objetivos específicos deste trabalho serão apresentados pela análise de regressão sobre os indicadores da aposentadoria, pensão e seguro desemprego no estado do RN.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste tópico será apresentada a história e características da PS e do mercado de trabalho brasileiro, bem como os vários problemas que incorrem na sua solvência.

### 2.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O início da PS no Brasil se deu no ano de 1923, com a criação da Lei Eloy Chaves. Primeiramente, a PS preocupa-se em complementar a proteção previdenciária dos trabalhadores das estradas de ferro do país. A legislação confirma a aposentadoria, pensão por morte aos dependentes e assistência médica. Nesta ocasião, os trabalhadores, empregadores e a União bancavam o sistema. Ademais, nasceram outros fundos de pensões, como as Entidades de Previdência Privada Aberta (EPPA) comercializadas por bancos e seguradores e as Entidades de Previdência Privada Fechada (EPPF) para servidores públicos de determinado ente público, fazendo com que os benefícios fossem disseminados a quase todos os trabalhadores urbanos (SOUZA, 2004).

Desta forma, a PS é um acontecimento que passa por uma transformação contínua, pois objetiva resguardar o trabalhador contra os riscos, que correspondem a episódios futuros e incertos (DIAS; MACÊDO, 2012).

No Brasil, o modelo de referência foi o de Otto Von Bismarck, que delimitava um seguro doença, que em seguida foi integrado pelas aposentadorias por invalidez e seguros de acidentes trabalhistas até o ano de 1889. Esse modelo durou um período de tempo considerável, com uma expansão desigual da previdência (IBRAHIM, 2012).

O sistema que foi criado por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) era estruturado por categorias profissionais e benefícios distintos, transformando-se em causa essencial para os trabalhadores a igualdade dos benefícios e serviços ofertados pelo sistema previdenciário, além de sua composição ser realizada em um organismo só. Estas vitórias só foram concretizadas em 1960, com a Lei n. 3.807, Lei Orgânica da Previdência (LOPS), que organizou os benefícios e, em 1966, com a instauração do Instituto Nacional de

Previdência Social (INPS), pelo Decreto-lei nº 72/1966, que juntou os IAPs (ROCHA, 2015).

Conforme previsto no art. 1º da Lei nº 8.213/91, que trata sobre os planos de benefícios da PS e dá outras providências, a PS têm por finalidade garantir aos seus beneficiários mecanismos essenciais para a manutenção, seja por motivo de desemprego, invalidez, aposentadoria, reclusão, morte ou tempo de serviço. Trata-se de uma garantia social que o trabalhador contribui para uma entidade pública que tem a finalidade de identificar e destinar o direito do benefício aos seus contribuintes (SOUZA, 2004).

Hoje, no Brasil, a Previdência Social é gerida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal que está ligada ao Ministério da Previdência Social (MPS), com a incumbência de administrar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (IBRAHIM, 2012).

Com base no conceito da PS, pode-se delinear a estrutura da previdência social brasileira em três grupos: RGP, Regime de Previdência Complementar (RPC) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). De acordo com o art. 201 da Constituição Federal (CF) de 1988, a Previdência Social será estruturada sob a ótica do regime geral, de caráter contributivo, de filiação compulsória e coletiva. Os benefícios oferecidos pelo RGP, em geral, precisam de tempo de carência. São vários os benefícios da previdência, entre eles estão: aposentadorias, pensões por morte, auxílios, salários-família e salários-maternidade (LIMA et al., 2012).

O sistema de financiamento do RGP é o de repartição simples, que diz respeito a solidariedade entre as gerações (MYRRHA; OJIMA, 2016), que com base no artigo 2º, da portaria 403/2008 do MPS, norteia-se pelas contribuições pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pensionistas no determinado exercício, sejam satisfatórias para arcar com os benefícios dos inativos deste determinado exercício, sem a finalidade de concentrar recursos.

Ressalta-se que num sistema de repartição simples, geralmente, o deslocamento dos recursos partem dos segmentos sociais com mais atividades voltadas à poupança e ao investimento para os segmentos sociais com maior tendência ao consumo, dentre eles: doentes, pensionistas, aposentados, etc. (OLIVEIRA et al., 1994). Logo, em função da ligação franca entre os valores arrecadados e os pagamentos dos benefícios, torna-se bastante perceptível a sensibilidade às transformações no panorama demográfico da população, visto que

a composição etária da população economicamente ativa influencia muito mais neste método do que em outros, pois é ela que também assegurará a solvência do fundo (LIMA et al., 2012).

A PS desempenha função essencial na alavancagem positiva da economia dos inúmeros municípios brasileiros, reduzindo significativamente as desigualdades sociais existentes no país, aplicando um impacto considerável na vida de milhões de cidadãos. Vale ressaltar que, em 4.589 dos 5.566 municípios brasileiros, pode-se inferir que o somatório dos benefícios efetuados pela PS sobrepujam o total das arrecadações das contribuições previdenciárias, comprovando que ao deslocar benefícios para os municípios mais carentes, a mesma consuma o cumprimento com os objetivos fundamentais do Brasil, que é minimizar as desigualdades sociais e regionais (RODRIGUES, 2015).

Atualmente, segundo dados do Boletim Estatístico da PS, a análise que se faz rodeia cerca de 23 milhões de benefícios em administração, com montante mensal pago em cerca de R\$ 16,3 bilhões, o RGPS está, convictamente, entre os principais sistemas de previdência pública do mundo, visto que cobre cerca de 53,8 milhões de trabalhadores com proteção previdenciária, no Brasil, segundo o IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007.

## 2.1 A DECADÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX E O CRESCIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Na década de 1990, aconteceram várias ações governamentais com o intuito de estabelecer transformações radicais e rápidas nas leis trabalhistas e da previdência social. Essas transformações fizeram com que a liberdade das atitudes dos empresários na contratação, no estabelecimento da jornada de trabalho e remuneração do funcionário se tornassem ainda mais sólidas. Logo, alastrou-se o leque de possibilidades de contratos temporários, bem como foi implantado o contrato por tempo fixado, que outrora foi banido pela legislação, e além disso proporcionou uma abertura maior para a contratação por Pessoa Jurídica (PJ). No tocante à jornada de trabalho, foi acatado o trabalho aos domingos pelo setor comerciário e criou-se o banco de horas para facilitar o reconhecimento dessas horas, afastando a opção de pagamento de horas extras (KREIN, 2007).

Mediante a um cenário de desemprego e ilegitimidade das relações trabalhistas e com uma posição conservadora do governo, de modo a impulsionar as transformações objetivando dar maior liberdade de iniciativa aos empresários, constatou-se uma tendência de negociação entre contratantes e empregados de descentralização, maximizando os acordos por empresas comparando-se à convenção coletiva. Dentro dos acordos, propendeu a predominar uma tática sólida de elaborar concessões, buscando proteger os empregos já existentes ou procurando balancear a dificuldade da conciliação salarial na convenção por acordos de participações nos lucros e resultados (BALTAR; KREIN, 2013).

Entre o ano de 1995 e o final de 1998, num plano macroeconômico evidenciado pela supervalorização cambial e diferencial positivo e alto em relação as taxas de juros domésticas e internacionais, as variáveis mais importantes do mercado de trabalho sofreram um processo intenso de ruína. Desta forma, os índices absolutos e relativos de desemprego elevaram-se, juntamente com a informalidade das relações trabalhistas e a falta de cobertura previdenciária para amplos grupos do mercado de trabalho urbano, como os trabalhadores autônomos, enquanto os índices médios reais de renda do trabalho e de sua distribuição declinaram consideravelmente (CARDOSO JÚNIOR, 2007).

As crises da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 expuseram a dificuldade de segurar o financiamento do balanço de pagamentos e o câmbio. A forte probabilidade da crise cambial geraram fortes altas nas taxas de juros, na investida de preservar o capital externo e vetar a deterioração cambial, com o fim de não colocar em cheque a tática de consolidação (DEDECCA; LOPREATO, 2013).

A situação caótica da economia se modificou inteiramente com os efeitos sobre a economia brasileira com a alavancagem positiva da demanda e a elevação dos preços internacionais das *commodities*, iniciando-se em 2003. O crescimento do PIB ficou mais intenso, a inflação caiu, o emprego formal elevou consideravelmente e readquiriu-se o poder de compra da renda do trabalho. Desde 1960, que-não havia um crescimento considerável da renda do trabalho relacionado a diminuição do índice de GINI. Logo, o forte aumento do consumo foi um fator importantíssimo para a boa performance da economia brasileira, bem como da melhora dos indicadores do mercado de trabalho desde 2004 (BALTAR et al. 2008 apud BALTAR; KREIN, 2013).

Entre 2004 e 2006, tendo a política macroeconômica praticamente a mesma, com a forte influência do mercado exterior, relacionada com pequenas quedas nas taxas de juros internas e com uma substancial evasão das inúmeras categorias de crédito, crescimentos do salário mínimo em relação à inflação e evolução das políticas sociais, trouxe um comportamento positivo para o mercado de trabalho, mesmo mediante as incitações um pouco retraídas da política econômica. Logo, pôde ser evidenciada uma redução na taxa de desemprego, no nível da informalidade das relações trabalhistas e no grau de desproteção previdenciária, enquanto o grau dos benefícios das faixas etárias mais baixas parou de cair, crescendo rapidamente em 2005, o que colaborou para a extensão do processo de queda das desigualdades de renda (CARDOSO JÚNIOR, 2007).

Em 2006, vieram acrescer aos estímulos da balança comercial os elevados gastos consequentes dos novos rumos alçados pela política oficial. A permuta da liderança do Ministério da Fazenda e no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) não modificou a política macroeconômica, nem sequer a política monetária ordeira, conservando consideráveis obstáculos para as ações de expansão. Todavia, ganhou robusticidade, um leque de medidas de fortalecimento do mercado nacional, como as políticas de desenvolvimento, as políticas de aumento do salário mínimo, o crescimento das políticas sociais, juntamente com os custos previdenciários e o expansionismo do mercado de crédito. Logo, tomando posse dessas medidas, o Estado passou a ter a atitude de agente indutor do crescimento econômico. O mercado interno, estimulado pelas ações anteriormente referenciadas, ocupou o comando de progresso e colaborou com a dinâmica do PIB (DEDECCA; LOPREATO, 2013).

Conforme mencionado acima, o aumento do salário mínimo não só possibilitou maior informalidade, como foi essencial, antes da crise de 2008, para concretizar a elevação firmada do consumo e a dinâmica do mercado nacional, como também, durante o período da crise, teve o poder de ao lado das ações governamentais de transferências de renda de minimizar a pobreza, bem como de reduzir as sequelas sobre o declínio do emprego (BRAGA et al., 2010). A partir disso, a crise de dimensão mundial que iniciou em 2008 representa o quinto instante de criação de mecanismos de ajuste econômico. Os seus efeitos sobre o mercado de trabalho foram pouco consideráveis, tendo em vista que a taxa de desemprego

brasileira no primeiro semestre concentrou um aumento inferior a 3% (POCHMANN, 2015).

A atitude pontual mediante à crise e o dinamismo anterior do mercado nacional delinearam a recuperação do crescimento econômico em um curto prazo. O PIB mostrou crescimento positivo no segundo trimestre de 2009 em relação ao anterior. Com isso, a resposta à crise deu apoio ao positivismo dos negócios e possibilitou a vertiginosa recuperação da economia no ano de 2010, acompanhada do mercado de trabalho (DEDECCA; LOPREATO, 2013).

O forte esforço do governo feito desde 2008 no processo de recuperação da economia fez com que em 2011, o novo governo atuasse em reprimir a atividade econômica. Isto afetou a continuidade dos investimentos públicos e a constância do crescimento do mercado consumidor. Diante desse cenário, o setor privado, que havia se recuperado disparadamente em 2010, reduziu o seu poder de força. Logo, o PIB que havia aumentado em 7,5% em 2010, aumentou somente 2,7% em 2011 (BALTAR; KREIN, 2013).

O desempenho do PIB em 2012 foi ainda menor do que em 2011, porque os recursos injetados proporcionaram desaceleração do consumo, resultando na diminuição do investimento em 4% no ano de 2012 (BALTAR, 2015).

Adiantando um pouco mais para o ano de 2015, o comportamento do mercado de trabalho brasileiro passa a sofrer um ponto de dobramento, visto que após vários anos de redução da taxa de desemprego desde o início de 2015, em julho a mesma passou a ser 41,5% superior em relação a janeiro. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a variação do PIB no primeiro semestre de 2015 foi – 2,1% inferior em relação ao mesmo tempo de 2014. Diante desse panorama, a trajetória de crescimento do mercado de trabalho brasileiro passou a sofrer uma transformação negativa, tendo em vista não só o aumento do desemprego desenfreado, mas também a perda da capacidade financeira do salário médio da População em Idade Ativa (PIA) nos primeiros sete meses de 2015 (POCHMANN, 2015).

E por último, tendo encerrado o segundo trimestre de 2016, pode-se registrar uma taxa de desemprego de 11,8%, conforme dados divulgados pelo IBGE no último dia 30 de setembro de 2016 (GLOBO, 2016). É a maior taxa da PNAD que teve seu começo em 2012. A taxa elevou em relação ao trimestre anterior, que fechou em 11,2%, e em comparação a esse mesmo trimestre do ano passado, foi

registrado 8,7% de desemprego. De acordo com o IBGE, de junho a agosto deste ano, havia doze milhões de pessoas sem emprego no Brasil. O número representa um aumento de 36,6% em relação ao mesmo período do ano passado (IBGE, 2016a).

Baseado nestes dados alarmantes do mercado de trabalho brasileiro atuais, pretende-se apresentar as receitas e despesas da PS, e apresentar seus problemas e possíveis soluções, mesmo mediante a esta forte crise econômica enfrentada em nosso país.

### 3 AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E PREVIDENCIÁRIAS DOS GOVERNOS FHC E LULA

A primeira parte do governo FHC (1995-1998) foi eternizado pela importância da revisão da estabilidade econômica conquistada no primeiro ano do Plano Real, mas, vale salientar, que as políticas adotadas em consonância com a parada econômica do período enfraqueceram a economia brasileira frente a internacional. A dependência dos recursos do exterior tornaram o país fortemente influenciado pelas crises internacionais. Os choques provenientes da apreciação do real, com o baixo crescimento e a taxa de desemprego em alta, eram o castigo pago para concretizar a estabilidade. Com a situação fiscal destruída e as crises internacionais, a rolagem da dívida pública passou a ser pauta em questão (FEIL, 2014).

Os argumentos fortes para a política de privatização da previdência social são o envelhecimento populacional e a falência de vários sistemas públicos de aposentadoria. Foi com ênfase nessas ideias que se propôs a primeira reforma previdenciária em 1998, no governo FHC pela Emenda Constitucional (EC) n. 20 de 1998 que enfatizava o desequilíbrio financeiro do sistema. Dentre as mudanças feitas pela EC a que mais era evidenciada tratava-se da “manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, atendendo aos interesses do capital. A “contrarreforma” continuou a se exibir com a Lei 9.876/1999, onde alterou inteiramente o sistema de benefícios previdenciários encontrado no art. 29 da Lei 8.213/1991, substituindo o cálculo dos benefícios sobre a média dos últimos 36 salários pela média dos 80% das maiores contribuições salariais e com correção anual. Isso foi benéfico para o governo, pois neste cálculo incluem-se variáveis demográficas, mediante ao fator previdenciário, que incrementou um limite de idade oculto (ROCHA, 2015).

O segundo governo FHC (1999-2002) atravessou um momento bastante complicado na economia. O governo sofreu com a crise do câmbio que culminou na passagem da política econômica. Como consequência, houve redução do movimento comercial, queda de reservas, prejuízo nos balanços de pagamentos, aumento da taxa de desemprego, fazendo o País obter uma baixa taxa de crescimento, de apenas 0,25%, com alta do PIB de 2,1% em média (FEIL, 2014).

No início do governo Lula em 2004, o teto do RGPS foi reconduzido para o correspondente a 10 salários mínimos, equivalendo a R\$ 2.400,00, de acordo com a

EC nº 41/2003. No intervalo de 2004 e 2015, os benefícios do RGPS e os salários dos trabalhadores tiveram aumentos distintos. O salário foi reajustado durante todos os anos, de acordo com a inflação do ano anterior e a angariação de ganhos reais, baseado no crescimento do PIB. Comparado a isso, os benefícios do RGPS não sofreram ajustes maiores do que a inflação de cada ano. Essa diferença entre os reajustes dos salários e benefícios evidencia ainda mais um dos mecanismos governamentais para convencer o beneficiário a adquirir uma previdência complementar, visto que retira o poder aquisitivo do aposentado do RGPS (ROCHA, 2015).

A partir de 2003, com a economia internacional favorável, pôde-se consertar algumas instabilidades. O País foi presenteado com o momento do mercado externo mais positivo, a taxa de crescimento internacional em alta e a elevação das cotações das *commodities* e a queda acentuada da taxa de juros dos EUA. Desta forma, o País conseguiu trazer capital internacional para si, o que possibilitou a constância do balanço de pagamentos e a elevação das reservas internacionais. Logo, o primeiro governo Lula (2003-2006) registrou algumas conquistas no cenário econômico, visto que obteve uma taxa média de crescimento em seu PIB de 3,5%, com a inflação controlada, dentro da meta estabelecida, a taxa de juros apresentou queda. O balanço de pagamentos apresentou lucros constantes, e a taxa de desemprego registrou séries decrescentes, houve elevação das vagas de trabalho e da renda. No ano de 2007, as reservas internacionais do Brasil superabundaram a dívida externa, transformando o País em um credor líquido, ou seja, integrante do grupo dos países que não possuem dívida externa. Outro momento que ficou gravado foi em 2009, quando o Brasil se tornou credor do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil ofereceu US\$ 4,5 bilhões para os países insolventes, decorrente da fortíssima crise financeira mundial (FEIL, 2014).

## 4 PROBLEMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### 4.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Conforme publicação da revista The Economic (2012), no ano de 2012 o Brasil vive um ótimo tempo na economia, tendo em vista que possui uma boa representação da População em Idade Ativa (PIA), ou População em Idade de Trabalho (PIT), com uma boa parcela da sua população contribuindo para o sistema previdenciário nacional. Todavia, esse momento não permanecerá para sempre e o Brasil chegará num instante em que a parcela da população composta por crianças e idosos, a chamada População Dependente (PD), que não produzem nem contribuem, igualará e ultrapassará a PIA, conforme Alves (2008) enfatiza que explica o fim do bônus demográfico.

Com base nisso, o crescimento acelerado da PIA, do ponto de vista demográfico, pode ser benéfico para a economia. Essa seria a população de característica produtiva, investidora e contributiva para a previdência, diferentemente da população dependente (jovens e idosos) que, teoricamente, consomem mais do que produzem. Quanto mais envelhecida a população em idade ativa maior se torna a reserva de capital da população, uma vez que as projeções apontam para um aumento da idade média da PIA de 2000 a 2050. Entretanto, isto não garantirá que o Brasil consiga transformar esta poupança em capital produtivo, pois dependerá da política macroeconômica e das medidas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do país (ALVES; BRUNO, 2006).

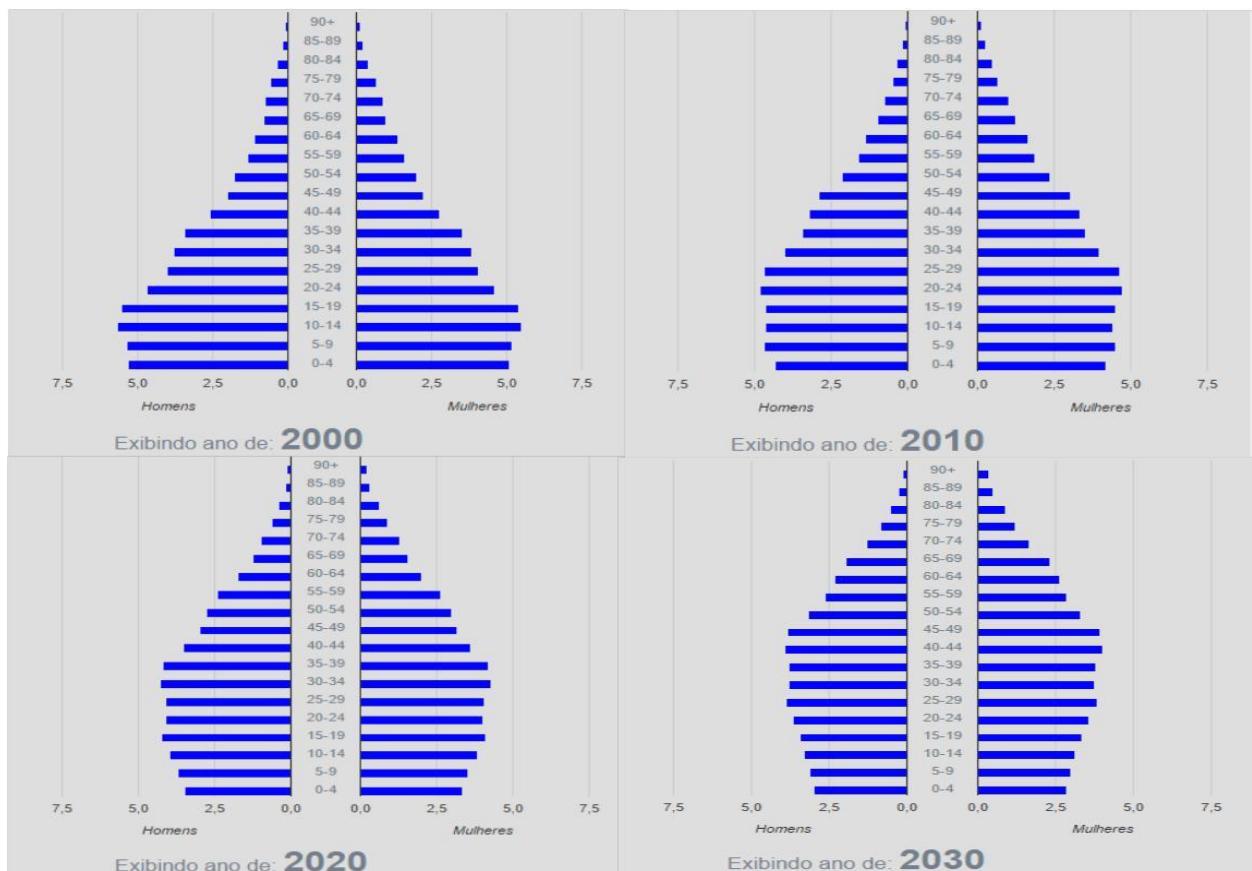
O fenômeno da transição demográfica pode ser explicado pela redução do peso relativo da população nos grupos etários mais jovens (base da pirâmide) e, em seguida, com o aumento do peso relativo dos grupos etários adultos mais velhos, principalmente pelo grupo etário de 65 anos ou mais, conforme é ilustrado na Figura 1. Essa mudança na composição dos grupos etários fez com que o formato da população, até então em 1990 era piramidal, se modificasse.

Logo, o formato piramidal começou a desaparecer, por meio do estreitamento da base da estrutura etária e do alargamento do pico da pirâmide, reforçando a ideia do envelhecimento populacional brasileiro, e consequentemente, traçando um futuro panorama da estrutura etária da população através de um

formato retangular (CARVALHO; WONG, 2008) e até mesmo o número absoluto, poderá ser maior que a de crianças (ALVES, 2008).

Observa-se na Figura 1, como exemplo, a pirâmide etária da RN para as quatro décadas desde 2000 até 2030<sup>1</sup>. Nessas pirâmides constata-se a preocupação de Alves (2008), alertando que seja ainda maior, tendo em vista um crescimento maior na demanda por benefícios de aposentadoria.

**Figura 1 – Pirâmide etária do RN**



**Fonte:** IBGE (2016a).

Na Figura 1, observa-se um estreitamento da base da pirâmide etária do RN no período de 2000 a 2030 e um sutil alargamento no meio da pirâmide. Mas, o que vale ressaltar, é o considerável aumento do contingente de idosos e diminuição da PIA entre os anos de 2020 e 2030, demonstrando uma preocupação em relação a demanda para os benefícios de aposentadorias.

<sup>1</sup> Nas pirâmides dos anos 2000 e 2010 foram utilizados os dados do Censo demográfico. No caso das pirâmides para os anos de 2020 e 2030 consideraram-se as projeções disponibilizadas pelo IBGE no endereço <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

## 4.2 BENEFÍCIOS VERSUS ARRECADAÇÕES

Conforme o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) as contribuições são oriundas das atividades derivadas das receitas das contribuições da sociedade, das empresas e de outras importâncias impostas à PS.

De acordo com os dados coletados da DATAPREV, no que diz respeito aos valores arrecadados versus benefícios emitidos pela PS, pode-se deduzir que a entidade recebe bem menos recursos do que concede. Logo, esta constante de aumento de gastos e reduções de receitas faz com que o sistema previdenciário atual seja exposto a críticas, indicando uma crise financeira e que esse órgão em um futuro próximo não poderá mais cumprir com as despesas financeiras. E quem tanto comprova essa situação negativa é o próprio beneficiário, que depende do sistema e se confirma pelo benefício que receber mensalmente (RODRIGUES, 2015). Para comprovar essa diferença entre receitas e despesas, segue a Tabela 1 com os dados da Região Nordeste, o qual é objetivo de estudo neste presente trabalho:

**Tabela 1 – Benefícios Emitidos e Arrecadações da Previdência Social na Região Nordeste, entre 2000 e 2015 (R\$ Milhões)**

Ano	Benefícios Emitidos	Valores Arrecadados	Resultado Líquido
2000	13.167,50	4.419,02	- 8.748,48
2001	15.615,76	5.117,68	- 10.498,08
2002	18.105,78	6.026,65	- 12.079,13
2003	22.147,57	7.182,50	- 14.965,06
2004	25.486,89	8.179,41	- 17.307,47
2005	28.809,15	9.667,14	- 19.142,02
2006	32.803,56	10.901,75	- 21.901,80
2007	36.192,84	13.027,03	- 23.165,81
2008	40.522,68	15.814,24	- 24.708,44
2009	47.063,85	17.343,60	- 29.720,25
2010	53.358,01	20.715,36	- 32.642,64
2011	58.741,13	24.020,03	- 34.721,10
2012	67.980,01	26.312,62	- 41.667,38
2013	76.097,16	28.734,60	- 47.362,56
2014	84.245,13	25.194,02	- 59.051,11
2015	94.297,25	25.172,64	- 69.124,61
<b>TOTAL</b>	<b>714.634,26</b>	<b>247.828,31</b>	<b>- 466.805,95</b>

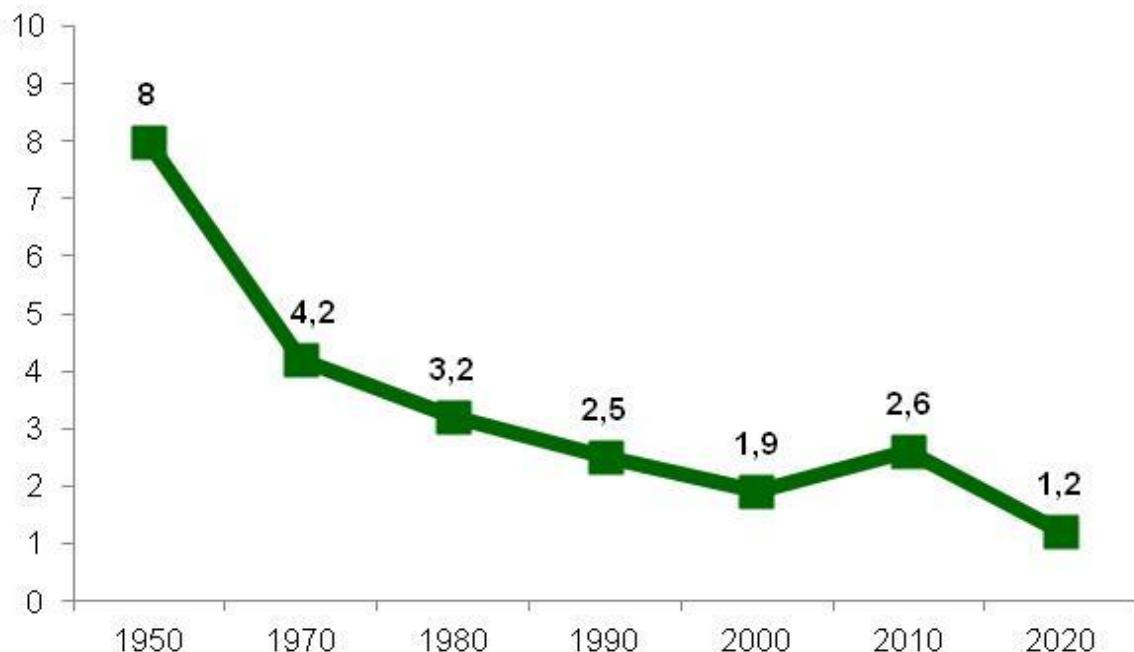
**Fonte:** Base de dados históricos da PS (2016).

Analisando a Tabela 1 podemos perceber a gravidade que se encontra o sistema previdenciário na Região Nordeste, o qual acumula nos últimos 15 anos um déficit de quase R\$ 500 bilhões.

#### 4.3 CONTRIBUINTES VERSUS BENEFICIÁRIOS

Quando observamos desde a década de 1970 até atualmente podemos perceber o quanto grave é a situação do nosso sistema, visto que em 2010 a relação contribuintes/beneficiários caiu em 3 vezes comparando-se com 1970. Outra análise bastante interessante é que se somarmos os valores entre 1980 e 2020 não se chega ao valor entre 1950 e 1970, caracterizando a queda acentuada como pode ser visto no Gráfico 1 a seguir:

**Gráfico 1 – Relação Contribuintes/Beneficiários no Brasil**



**Fonte:** MPS (apud RODRIGUES, 2015).

A Figura 1 mostra a queda considerável na razão de financiamento dos beneficiários entre 1950 e 2020. Se em 1950 tinha 8 contribuintes para financiar um inativo, em 2020 de acordo com o MPS terá apenas 1,2 contribuintes. Essa queda acentuada e contínua retrata a necessidade de medidas de urgência que

possibilitem esse aumento de contingente de contribuintes, para uma segurança financeira melhor da PS (RODRIGUES, 2015).

#### 4.4 DESVINCULAÇÃO DOS RECURSOS

A Desvinculação dos Recursos da União (DRU) ocorre desde o ano de 2000, todavia desde 2004 já existiam mecanismos de desvinculação dos recursos das contribuições sociais, entretanto com outras nomenclaturas, e em 2009 foi consolidada sua continuidade com a EC nº 59/2009 que postergou até o ano de 2016 o seu uso. Existem projeções de que, exclusivamente, no ano de 2012, a desvinculação de recursos tenha chegado ao patamar dos R\$ 58,1 bilhões do orçamento da seguridade social, diminuindo seu financiamento e lucro. Ademais, são postos os dispêndios da seguridade social para o pagamento de diversos custos que deveriam ser de compromisso do Orçamento Fiscal, uma vez que não dizem respeito à previdência, saúde e assistência social (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, 2014).

Para minimizar o impacto deste déficit e da DRU, a partir do ano de 2015 foi confirmada uma projeção de momentos trabalhosos para o Brasil, visto que deu-se abertura para a política de elevação dos impostos e tarifas públicas, assim como de cortes no orçamento, embora tenha acontecido a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), ficando bem conhecido por ajustes fiscais (RODRIGUES, 2015).

Portanto, instigado pelas mudanças constantes na economia, sociedade, demografia e as suas consequências, ressalta-se, essencialmente nos últimos trinta anos, um crescimento do sistema previdenciário de inúmeras economias denotada por reestruturações paramétricas e estruturais (MATOS et al., 2013).

Há pouco tempo, Caetano e Miranda (2007) formularam um método, chamado *Data Envelopment Analysys* (DEA), para relacionar os custos previdenciários de vários países, e posteriormente, obtendo-se o resultado pôde-se verificar que o Brasil é a principal nação entre os países, onde o sistema previdenciário é sobre carregado.

Logo, mediante aos desafios mencionados para a previdência, juntamente com a crise do mercado de trabalho, busca-se neste presente trabalho o estudo sucinto da PS brasileira e suas características gerais.

#### 4.5 DOENÇAS QUE PODEM ACARRETAR NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Quando o beneficiário fica impossibilitado de exercer o seu trabalho ou da sua atividade diária decorrente de doença ou de acidente de qualquer natureza, a partir do 16º dia ele é enquadrado a receber o auxílio-doença, dia em que cessa o compromisso do empregador. Logo, na maioria das doenças, existe a carência para o recebimento dos benefícios, mas em alguns casos o beneficiário recebe o benefício pontualmente, como por exemplo nessas doenças abaixo (ANFIP, 2014).

- Tuberculose;
- Hanseníase;
- Alienação mental;
- Câncer;
- Cegueira;
- Paralisia irreversível e incapacitante;
- Doenças graves do coração;
- Doença de Parkinson;
- Artrose aguda nas vértebras;
- Insuficiência renal;
- Estado avançado da Doença de Paget;
- Contaminação por radiação;
- Doenças graves do fígado.

Sendo o trabalhador acometido de alguma dessas doenças, ele tanto fica dependente do benefício previdenciário como deixa de contribuir consideravelmente para os idosos atuais, o que gera um peso dobrado nas despesas da previdência. Nesse contexto, torna-se relevante observar o cenário da PS no Brasil com a abordagem demográfica, que conforme foi mencionado em tópico anterior, tende a um envelhecimento populacional que promoverá um aumento no número de doenças, e consequentemente, de benefícios.

## 5 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO: QUESTÕES, PROBLEMA E OBJETIVOS

Esse estudo se respalda em uma revisão bibliográfica que trata sobre a temática da PS. Observa-se que ao longo dos anos pesquisas foram desenvolvidas para subsidiar e apresentar propostas de soluções sobre o sistema previdenciário brasileiro para o longo prazo.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), ao se estabelecer comparação desse tema com países desenvolvidos pode-se observar que o Brasil se destaca nos gastos com idosos comparando-se com os demais países do BRICS – bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ou até mesmo a países vizinhos da América. Além disso, até a Rússia que possui uma população bem mais envelhecida, possui menores gastos do que o Brasil, o que conduz a falta de qualidade nas decisões na vinculação desses recursos. Com os cenários apresentados nos tópicos anteriores, o trabalho busca responder as seguintes perguntas:

- Qual o real cenário numérico dos benefícios no RN?
- Qual o impacto da dinâmica populacional do RN na sua estrutura previdenciária?
- Qual a influência política do poder executivo federal sob as políticas sociais?
- Qual a relação do crescimento do desemprego com as despesas com seguro-desemprego no RN?
- Qual a influência do aumento de óbitos pelas doenças crônico-degenerativas e do envelhecimento populacional nas pensões por morte no RN?
- Qual o comportamento dos gastos públicos obrigatórios e discricionários em relação ao PIB?

### 5.1 OBJETIVO

#### 5.1.1 Geral

Analisar o impacto do uso de indicadores para mensurar a qualidade do sistema previdenciário brasileiro.

### **5.1.2 Específicos**

- Realizar uma análise espacial do número de benefícios no estado do RN;
- Identificar a relação entre o envelhecimento populacional e a evolução das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade;
- Identificar a influência da política na demanda por políticas sociais;
- Traçar o comportamento do desemprego com relação aos programas de seguro-desemprego;
- Verificar a relação entre o número de doenças crônico-degenerativas com as aposentadorias por invalidez e auxílios doença;

## 6 METODOLOGIA

A pesquisa científica visa solucionar questões, que tem como fundamento mecanismos lógicos e sequenciais, isto é, é um somatório de funções que vislumbram buscar novas ciências em uma área qualquer (SILVA; MENEZES, 2005).

### 6.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

No tocante aos objetivos, a pesquisa deste trabalho é descritiva, tendo em vista a construção de um estudo concreto da PS brasileira e análises de regressão de indicadores de aposentadoria, pensão e seguro desemprego do RN, mediante ao contexto sócio-demográfico atual e futuro.

No que diz respeito a explanação do problema, a pesquisa proposta é quantitativa, pois se beneficia de mecanismos estatísticos para a manipulação dos dados, conforme Beuren (2009) relata que a pesquisa quantitativa corrobora-se de funções estatísticas, desde a coleta dos dados até a sua análise.

No que tange aos mecanismos, a pesquisa tem o caráter documental, pois foram utilizados dados extraídos das bases de dados do MPS, correlacionando com o que Gil (2002) explica, que a pesquisa documental demonstra-se em materiais que ainda não foram analisados e que podem ser reorganizados, conforme os objetivos de pesquisa. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de observar, por meio de análise de regressão, os indicadores do MPS e dos tipos de aposentadoria que serão pontuados como os mais significativos para a análise demográfica.

### 6.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população pode ser contextualizada como o conjunto de elementos que demonstram características semelhantes definidas para o experimento. Logo, a população em estudo corresponde aos indivíduos do RN, e a amostra que trata-se de um subconjunto da população, é o grupo de pessoas que contribuem para a PS e que também são contemplados com os benefícios, sejam eles aposentadorias ou auxílios.

### 6.3 INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Os dados coletados para a análise dos indicadores da PS foram retirados da base de dados do MPS e do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), onde foram selecionadas as contribuições e os variados tipos de benefícios, com o objetivo de observar a série temporal desses benefícios. Mediante a isso, procurou-se observar o comportamento da dinâmica populacional e dos vários tipos de doenças por faixas etárias, com objetivo de identificar correlação entre benefícios/população e doenças crônicas degenerativas/aposentadorias por invalidez e auxílios doença no RN. Para a análise dessa relação entre as variáveis, será utilizado o modelo de Regressão Logística, o qual será descrito no tópico seguinte.

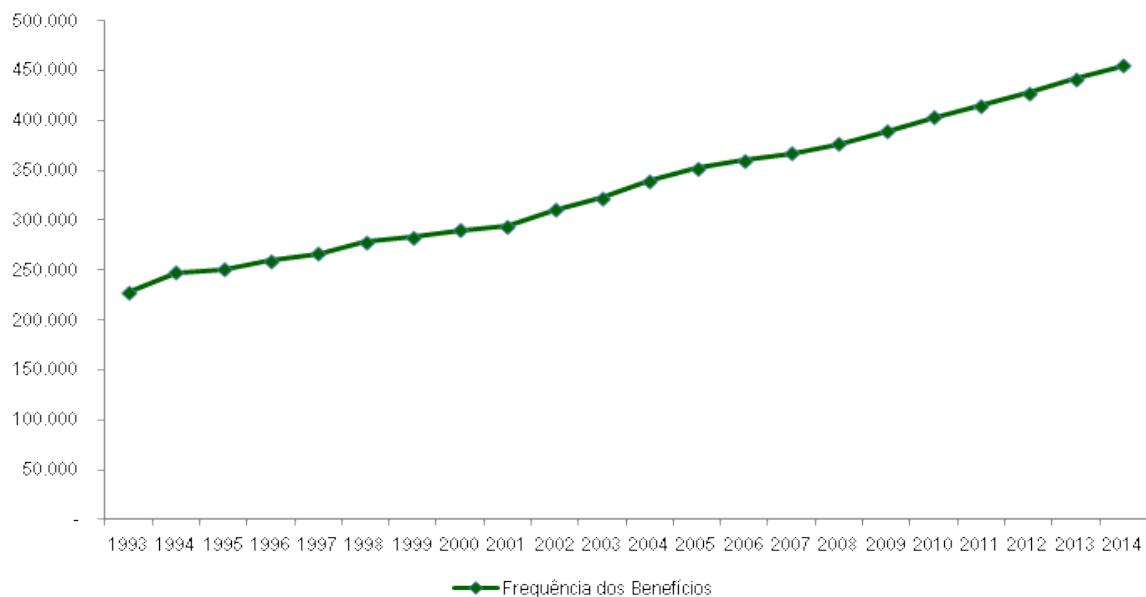
A ferramenta da Regressão Logística foi criada em meados dos anos 1960 com o objetivo de demonstrar o acontecimento de alguns fenômenos quando a variável dependente fosse binária. Entretanto, existem algumas características exclusivas dela comparando-se com as outras regressões, tendo como principal distinção a variável dependente ser dicotômica, importando que o resultado da análise obtenha relações a certas categorias (DIAS FILHO; CORRAR, 2007).

## 7 RESULTADOS

Tomando partido dos questionamentos feitos acerca da solvência da PS e da demanda por benefícios que está acontecendo durante as últimas duas décadas, se faz necessário a análise de alguns indicadores de benefícios do RN, que por sua vez, podem sofrer influência significativa da dinâmica populacional do país e das distribuições das doenças crônico-degenerativas. Pretende-se, através da evolução desses indicadores, adquirir uma visão prospectiva sobre a solvência da PS, se pode estar em risco de falência ou não para as próximas décadas.

Primeiramente, é necessário ter um conhecimento de como está se comportando a frequência de benefícios da PS no RN, se está crescendo ou decrescendo, e como podemos ver no Gráfico 2, o número de benefícios cresce a cada ano, o que pode ser associado tanto ao crescimento populacional como também ao crescimento das faixas etárias mais elevadas. O envelhecimento populacional, fator mencionado no tópico 2.3.1 é um grande influenciador na demanda por benefícios, como pode-se ver:

**Gráfico 2 – Cenário do número de benefícios do RN**

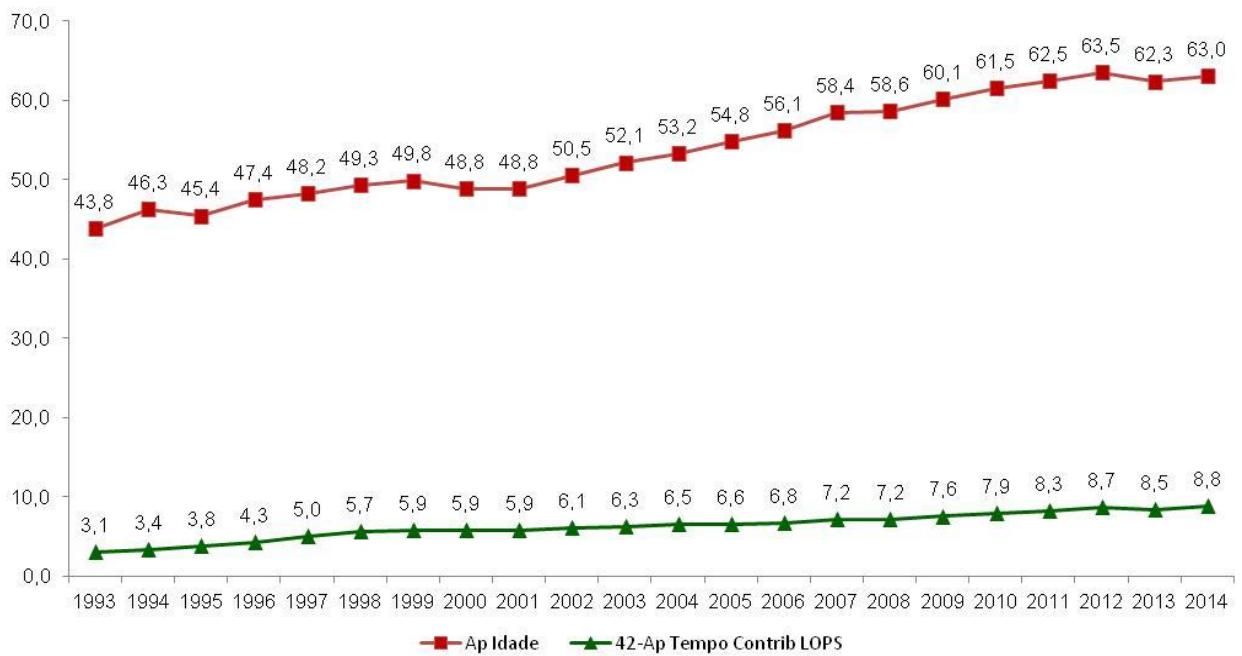


**Fonte:** AEPS (2016).

A partir do conhecimento de que o Brasil está iniciando um processo de envelhecimento populacional, podem ser analisados primeiramente as evoluções

dos indicadores de Aposentadorias por Idade e Aposentadoria por Tempo de Contribuição, que é retratado na Gráfico 3 a seguir:

**Gráfico 3 – Frequência de Benefícios de Aposentadoria por Idade e Aposentadoria por Tempo de Contribuição por Indivíduo no RN, entre os anos de 1993 e 2014**

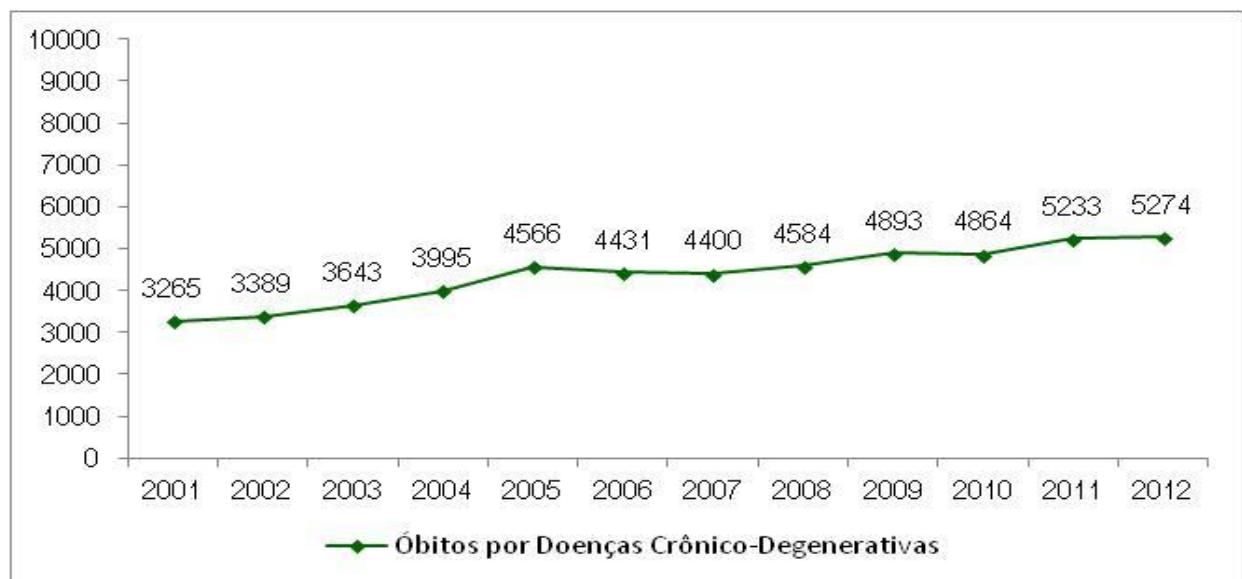
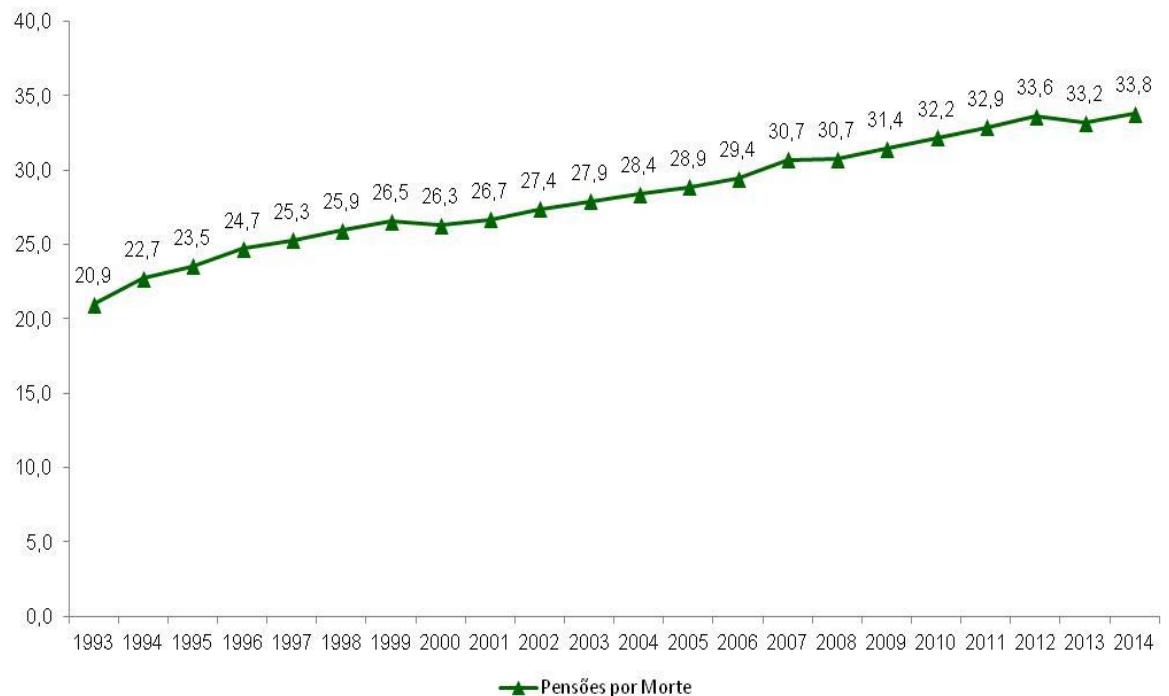


**Fonte:** AEPS (2016).

No tocante ao Gráfico 3, podemos perceber uma tendência constante de crescimento dos benefícios por idade e por tempo de contribuição, o que já pode ser explicado pelo leve crescimento das faixas etárias mais elevadas, permitindo-nos inferir um aumento do contingente de beneficiários neste quesito. A expectativa de sobrevida de um cidadão de 60 anos passou dos 16 anos, em 1980, para os 22 anos na atualidade e a tendência é que aumente ainda mais o contingente das faixas etárias mais elevadas. Isto faz com que haja um pressionamento na tomada de decisões específicas para a preservação da estrutura financeira da PS (REFORMA..., 2016).

Em seguida no Gráfico 4 será evidenciada a frequência de óbitos por doenças crônico-degenerativas juntamente do indicador relativo das pensões por morte.

**Gráfico 4 – Indicador relativo das Pensões por Morte e Óbitos das Doenças Crônico-Degenerativas no RN**



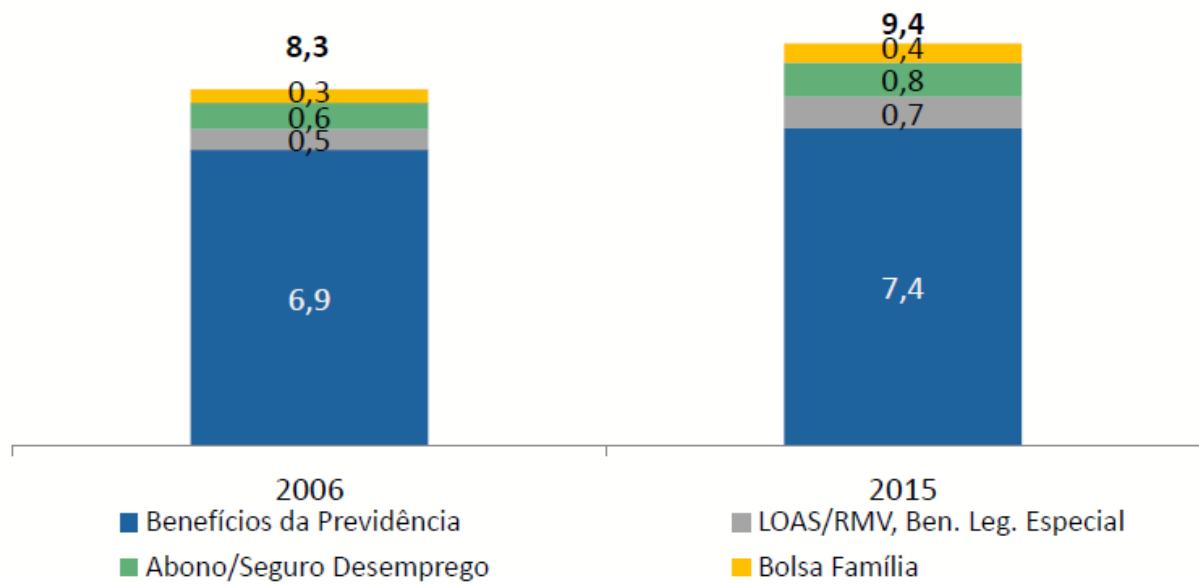
**Fonte:** AEPS (2016) e DATASUS (2016).

Por meio do Gráfico 4 é possível denotar um elevado crescimento das pensões por morte no RN, o qual pode ser associado pelo aumento dos óbitos das doenças crônico-degenerativas, que levam não só ao crescimento destes benefícios, mas que também pode ser analisada na perca de contribuições que poderiam vir da PIA destes óbitos. Pode-se enfatizar que as obrigações com pensões por morte cresceu de 39 bilhões em 2006 para 86,5 bilhões em 2013, ultrapassando

dobradamente o valor original no tempo estudado. Ou seja, ocorreu um crescimento de 121% no limiar de sete anos. A margem de aumento da despesa em particular não é um problema, mas precisamente é inadmissível em estudos de regras inadequadas de concessão do benefício, o que impacta fortemente na carga tributária (ALVES FILHO; BELCHIOR; MANTEGA FILHO, 2014).

Com a melhora do PIB brasileiro a partir dos anos 2000, conforme foi descrito no tópico 2.2.1, foi possível o Governo Lula fazer uma expansão das políticas sociais brasileiras. Isso ficou marcado em seu governo e pode ser retratado na Figura 2 a seguir:

**Figura 2 – Composição das transferências de renda às famílias (% PIB)**



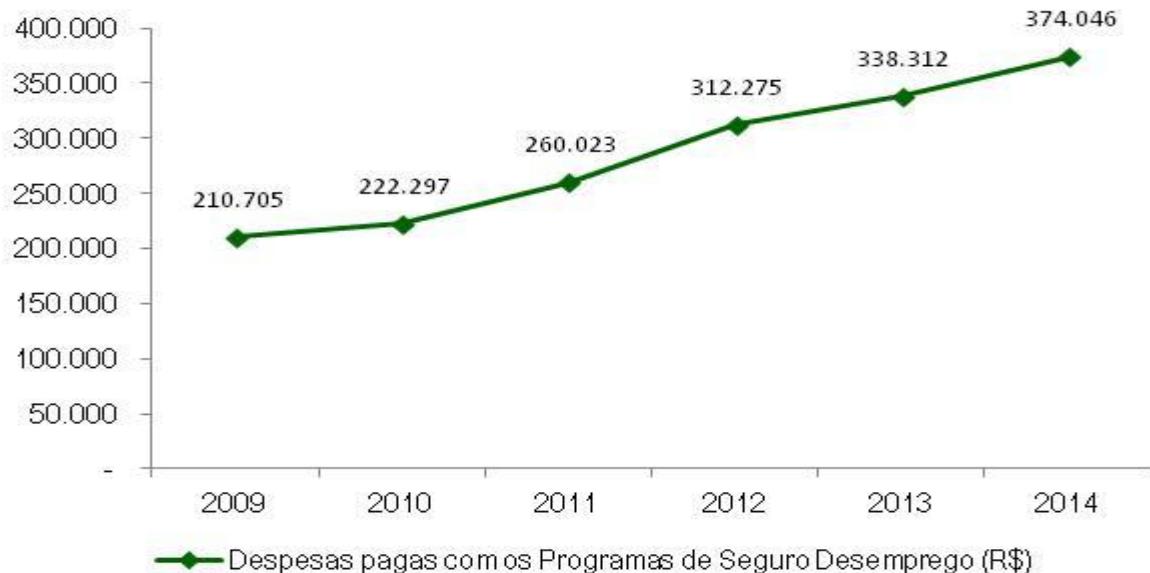
**Fonte:** Tesouro Gerencial (2016).

Por meio da Figura 2 pode-se perceber o quanto houve um aumento em relação ao PIB nos programas de transferência de renda na última década, obtendo-se um aumento de 0,5% nos benefícios previdenciários, 0,2% em seguros desempregos, e principalmente, 1,1% no bolsa família, contribuindo ainda mais para a importância da PS na vida do cidadão brasileiro, na sua manutenção de vida. Outrossim, com a política de aumento do salário mínimo continuando no segundo mandato do governo Lula, o que devido a sua enorme contribuição à concessão de benefícios aos aposentados, colaborou para equilibrar o grau de renda doméstica e alavancar o consumo, agindo conjuntamente com a ampliação do bolsa família, fez com que a cobertura da PS crescesse no decorrer dos últimos anos (FEIL, 2014).

A cobertura do bolsa família em 2013 no RN atingiu os 79,43% por beneficiário, o que corresponde a um aumento de 2,69% em relação a 2012, ou seja, 79,43% dos beneficiários que utilizam os serviços do estado, tiveram o acesso a saúde, alavancando a melhoria da qualidade de vida das famílias e colaborando para sua inclusão social (PAULINO et al., 2015).

Outro dado preocupante na economia local na atualidade tem sido o mercado de trabalho, que com a alta do desemprego em todo o cenário nacional trouxe um alerta para a distribuição dos benefícios de seguro desemprego, o qual pode ser visto no Gráfico 6:

**Gráfico 5 – Evolução do total das despesas nominais com parcelas pagas (em R\$ 1.000) pelo Programa de Seguro-Desemprego Formal no RN, entre 2009 e 2014**



**Fonte:** DIEESE, 2016.

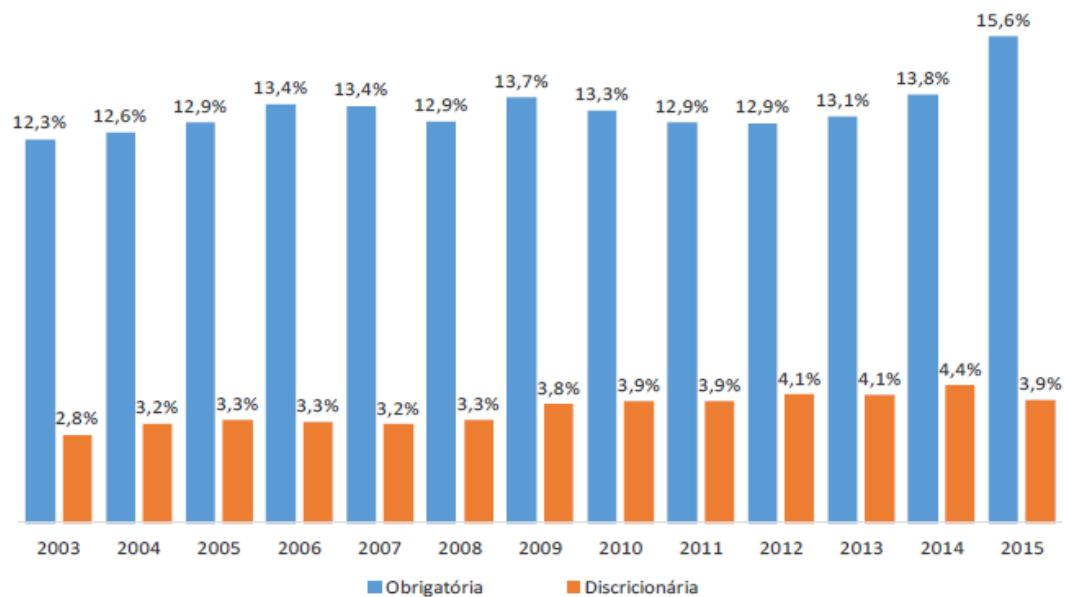
Com base nesse dado podemos visualizar um crescimento contínuo das obrigações da PS com a modalidade do seguro desemprego, caracterizando um crescimento considerável de 78% no ano de 2014 (R\$ 374.046) em relação ao que foi destinado em 2009 (R\$ 210.705).

Isto se deve ao forte aumento no número de demissões que passou de 8,22 milhões de trabalhadores em 2000 para 16,38 milhões em 2010, um incremento de 99%. Associado a esse fato, estão os segurados que passaram a gozar do benefício, que passou de 4,17 milhões em 2000 para 7,47 milhões em 2010, um incremento de 79%. Esses fatores tem papel importante no aumento do seguro

desemprego, e consequentemente, demanda ainda mais da PS (MORO et al., 2016).

Em seguida, vale ressaltar uma das demonstrações mais essenciais para o estudo dos custos públicos, que corresponde à divisão das despesas obrigatórias e arbitrárias no Brasil. A constituição atribui as despesas obrigatórias àquelas que não estão aptas para o gestor definir o capital a ser destinado ao orçamento público. Já as despesas arbitrárias possuem uma restrição menor na distribuição dos seus recursos. Logo, a Figura 3 retrata a evolução destas obrigações entre 2003 e 2015. Observa-se que houve um crescimento considerável de 3,3% do PIB das despesas obrigatórias desde 2006. O ano em que houve maior aumento deste índice foi em 2015, com uma variação de 1,8% do PIB, por conta do pagamento de obrigações definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e também pela ocorrência do PIB ter caído em 3,8%. Já as despesas discricionárias também apresentaram um aumento entre 2006 e 2014, de 1,6% do PIB, entretanto em 2015 houve uma queda de 0,6% do PIB (TESOURO GERENCIAL, 2016).

**Figura 3 – Evolução dos gastos públicos obrigatórios e discricionários, em % PIB**



**Fonte:** Tesouro Gerencial (2016).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabeleceu-se neste trabalho por meio das leituras do tema em discussão, o entendimento de que o Brasil enfrenta muitas dificuldades para garantir a oferta de benefícios em um longo prazo, como também a um sistema previdenciário de qualidade, como é evidenciado por tantos autores. A análise e conclusão deste trabalho se dá sobre a visão dos indicadores selecionados.

Mediante a necessidade de garantir a oferta dos benefícios do grande contingente de idosos que haverá no ano de 2050, a PS demonstra que precisa ser mais bem cuidada. Conforme mencionado anteriormente, o número de benefícios cada vez mais aumenta por conta do envelhecimento populacional com a cobertura de contribuintes para a cobertura de um beneficiário caindo progressivamente, associado aos aumentos nas pensões por morte, aposentadorias por tempo de contribuição e idade e programas de seguro desemprego provocam um sinal de alerta no sistema previdenciário brasileiro.

Portanto, fica notável que o Brasil precisa investir ainda mais em previdência, principalmente na PIA, que é o condutor das transferências de contribuições e que mantém o equilíbrio da PS. O aumento do tempo de contribuição para ambos os sexos pode ajudar na garantia das aposentadorias futuras, mas é preciso que haja uma universalização maior ao mercado de trabalho, para que o Bônus Demográfico (BD) torne-se real para o país, permitindo uma maior tranquilidade aos anos pós-2030.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Garibaldi; BELCHIOR, Miriam Aparecida; MANTEGA, Guido. **Exposição de Motivos no 00023/2014 MPS/MF/MP.** 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv664.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2016

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, Abep, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (AEPS). Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). **Cartilha de benefícios da previdência social.** Brasília: Fundação ANFIP de estudos da seguridade social, 2014.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **Revista CRH**, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Bucbxy>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BASE DE DADOS HISTÓRICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, T. et al. **Séries Estudos e Pesquisas.** Salvador: [s.n.], 2010. (IV série).

CAETANO, M. A.; MIRANDA, R. B. **Comparativo internacional para a previdência social.** Brasília, IPEA, 2007 (Texto para discussão nº 1.302). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1302.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1302.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **De volta para o futuro?**: As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007 (Texto para discussão nº 1.310).

CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. A transição da estrutura etária da população na primeira metade do século XXI. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 597-605, mar. 2008.

DEDECCA, C. S.; LOPREATO, F. L. C. **Brasil**: perspectivas do crescimentos e desafios do mercado de trabalho. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. (Texto para discussão – Instituto de Economia, n. 225).

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS (DATASUS). Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>. Acesso em: dez. 2016.

DIAS FILHO, J. M.; CORRAR, L. J. Regressão logística. In: CORRAR, L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coords.). **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, E. R.; MACÊDO, J. L. M. de. **Curso de Direito Previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Imprenta, 2012.

FEIL, F. F. **Comparação das políticas macroeconômicas e de transferências de renda e do papel do estado dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva**. 124f. Mestrado (Dissertação) – Pós Graduação em Economia) – UFRGS. Porto Alegre, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO. Desemprego do Brasil em 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/desemprego-fica-em-118-no-trimestre-encerrado-em-outubro.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IBRAHIM, F. Z. A seguridade social: conceito, origem e histórico. In: \_\_\_\_\_. **Curso de direito previdenciário**. 17. ed. Rio de janeiro: Impetus, 2012. p. 1–83.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos

e Análises da Dinâmica Demográfica , 2016a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b.

KREIN, J. D. **As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

LIMA, D. V. et al. O impacto do fator previdenciário nos grandes números da previdência social. **2º Encontro da Revista Contabilidade & Finanças da USP**, São Paulo, v. 2, 2012.

MATOS, P. R. F. et al. Análise de solvência do regime geral da previdência social no Brasil. **Est. Econ**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 301-333, jan./jun. 2013.

MORO, O. F. D. et al. Uma análise das regras do seguro-desemprego à luz da teoria dos jogos. **EALR**, v.7, n.1, p.118-140, jan./jun. 2016.

MYRRHA, L. J. D.; OJIMA, R. Dinâmica demográfica, gestão pública e regimes próprios de previdência social: Oportunidades e desafios para os servidores e municípios. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 59-74, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, F. E. B. et al. **Fontes de financiamento da seguridade social brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão nº 342).

PAULINO, J. F. L. et al. Análise dos efeitos do programa bolsa família para redução das desigualdades sociais no Rio Grande do Norte. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Rio Grande do Norte, v. 04, n. 1, 2015.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos avançados**, n. 29, 2015.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA. **Reforma da previdência:** perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/reformafaq.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ROCHA, F. R. F. A previdência social no Brasil: Uma política em reestruturação. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, 2015.

RODRIGUES, C. M. **A crise da previdência social e o crescimento da previdência privada no Brasil**. Franca: [s.n.], 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, P. C. **A Previdência de todos nós**. Brasília: Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS), 2004.

TESOURO GERENCIAL. **Relatório de análise econômica dos gastos públicos federais**: evolução dos gastos públicos federais no Brasil: uma análise para o período 2006-15, 2016.